

DA NECESSIDADE
1. Resumo do problema a ser resolvido:
<p>Os ambientes laboratoriais e de apoio da Superintendência de Sistemas de Separação Isotópica apresentam infraestrutura inadequada e obsoleta, acumulando problemas construtivos e funcionais que comprometem a segurança, a eficiência e a produtividade das atividades desempenhadas.</p> <p>Entre as principais dificuldades identificadas, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none">- Instalações físicas desgastadas e sem modernização há décadas, como copa e vestiários, que apresentam revestimentos soltos, tubulações de esgoto com falhas de funcionamento e condições insalubres de uso diário;- Ambientes laboratoriais descentralizados, dificultando a integração de equipes e o aproveitamento racional do espaço, como no caso do Laboratório de Sistemas Eletrônicos, atualmente alocado em prédio diverso do destinado ao seu desenvolvimento;- Infraestrutura de comunicação defasada, em especial a sala de reuniões e videoconferência, que carece de atualização tecnológica para garantir qualidade, segurança e clareza nas interações entre equipes multidisciplinares e parceiros externos; <p>Dessa forma, verifica-se que a obsolescência da infraestrutura e a inadequação das condições físicas atuais representam barreiras à execução eficiente das atividades da Superintendência, tornando necessária a contratação de serviços comuns de engenharia para adequação e modernização dos ambientes de apoio e laboratoriais.</p>
2. Identificação do Requisitante:
2.1 Organização Militar (OM): DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO NUCLEAR DA MARINHA 2.2 Área requisitante: SUPERINTENDÊNCIA DE SISTEMAS DE SEPARAÇÃO ISOTÓPICA
3. Demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA):
<p>O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none">I) ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-000138/2026;II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025;III) Id do item no PCA: 20;IV) Classe/Grupo: 545;V) Identificador da Futura Contratação: 742020-133/2026.

4. Descrição da necessidade, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

A presente contratação tem por objeto a aquisição de serviços comuns de engenharia voltados à adequação e modernização dos ambientes laboratoriais e de apoio da Superintendência de Sistemas de Separação Isotópica. O processo contempla três itens de mesma natureza, distribuídos em diferentes locais que necessitam de readequação em função das atuais demandas das áreas da DDNM-30, a saber:

1) Serviço comum de engenharia para melhoria e modernização da sala de reuniões e videoconferência do prédio do Templo DDNM-30:

A modernização da sala de reuniões e videoconferência desta Superintendência é uma necessidade premente para assegurar eficiência, produtividade e segurança nas comunicações e processos de trabalho. A engenharia de alto nível exige ferramentas modernas que sustentem o desenvolvimento e a implementação de projetos complexos.

A atualização dos equipamentos de videoconferência, bem como a melhoria das instalações físicas da sala, permitirá uma comunicação mais clara e eficaz, essencial para a troca de informações entre equipes multidisciplinares, compostas por engenheiros, técnicos e especialistas. Além disso, o novo ambiente favorecerá a colaboração entre diferentes setores e instituições, tanto no âmbito da Marinha quanto com parceiros externos.

Com a integração de tecnologias de última geração, as reuniões virtuais terão maior qualidade de áudio e vídeo, reduzindo ruídos e interrupções. Tal modernização é crucial para discussões técnicas detalhadas, conferindo dinamismo, confiabilidade e produtividade às interações realizadas.

2) Serviço comum de engenharia para adequação do Laboratório de Sistemas Eletrônicos, 1º Pavimento, Desel Novo:

A adequação da área disponível no 1º Pavimento do prédio Desel Novo, destinada ao Laboratório de Sistemas Eletrônicos, é de fundamental importância, pois permitirá a centralização da equipe atualmente alocada em outra edificação. O referido prédio já se encontra integralmente vocacionado para o desenvolvimento de sistemas eletrônicos desta Superintendência.

A contratação envolve a readequação do ambiente interno, contemplando a substituição de piso e forro, pintura geral da área e adaptação das instalações elétricas, incluindo pontos de alimentação trifásica. Também será realizado o fechamento de vãos abertos na laje e no piso, anteriormente utilizados para passagem de tubulações de ventilação e que, atualmente, configuram pontos de acesso indesejado de animais e sujeira, comprometendo a salubridade e a segurança do espaço.

3) Serviço comum de engenharia para adequação da copa e vestiários do DESGA na DDNM-30:

A área de copa e vestiários do Laboratório de Ensaios Separativos com Gás (DESGA) possui mais de trinta anos de existência, sem que tenha passado por qualquer processo de adaptação ou modernização. Atualmente, os revestimentos encontram-se soltos e parte da tubulação de esgoto apresenta falhas de funcionamento, ocasionando mau cheiro e tornando o ambiente inadequado

para o uso diário.

Assim, os serviços planejados compreendem a substituição de revestimentos, a melhoria das instalações de ralos e sifões sanitários e a execução de pintura geral, proporcionando melhores condições de higiene, conforto e usabilidade para os trabalhadores.

Desta forma, o presente processo de contratação visa adequar e modernizar ambientes de apoio e laboratoriais desta Superintendência, com o propósito de ampliar a segurança, a confiabilidade e a qualidade das condições de trabalho, em consonância com as necessidades atuais das áreas técnicas. Os detalhes da execução do escopo encontram-se devidamente descritos nos anexos do Termo de Referência.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho:

O objetivo principal desta contratação é entregar a esta Superintendência ambientes adequados às necessidades atuais de quantitativo e segurança de pessoal. Desta forma, os requisitos principais da contratação são:

- Fabricação de dispositivo mobiliário planejado apropriado para salas de videoconferência, oferecendo qualidade e elaborado com base nas exigências específicas do local.
- Execução de instalações elétricas com pontos trifásicos e bifásicos para utilização adequada das bancadas e equipamentos do laboratório de sistemas eletrônicos.
- Execução de adequações nas instalações hidrossanitárias e de revestimento gerais das áreas a fim de oferecer maior durabilidade e conforto aos usuários.

Além disso, durante o período de execução das atividades, deve ser levado em consideração a segurança das informações e do pessoal que exerce suas atividades na edificação onde ocorrerá a reforma. Desta forma, é importante que haja acompanhamento das atividades pela equipe fiscal e por algum responsável designado pela chefia dos laboratórios a fim de manter a integridade das pesquisas e atividades ali desenvolvidos.

Em vista dos requisitos apresentados, a decisão da presente contratação culminou na aquisição de um serviço comum não continuado de engenharia para adequação e modernização dos ambientes, com fornecimento de todo o material e mão de obra, de acordo com as quantidades, qualidades e características definidas neste instrumento, Termo de Referência e demais documentos pertencentes a este objeto. A empresa a ser contratada deverá ter experiência na área de adequação e modernização de ambientes, devendo ser capacitada a realizar serviços característicos da contratação, como os que seguem:

- Demolições e retiradas de resíduos devido adequação do ambiente;
- Instalações elétricas de baixa tensão;
- Fornecimento e instalação de mobiliário planejado e fabricado para utilização específica;
- Instalações hidrossanitárias;
- Instalação de louças e acessórios sanitários.

Adicionalmente, o pessoal técnico da empresa contratada que participará da execução do objeto deverá ter experiência em adequação e modernização de ambiente de modo a estar capacitado a participar da execução dos serviços com competência e conhecimento. Assim sendo, torna-se essencial que os profissionais tenham as seguintes características específicas:

Para o Engenheiro Civil/Arquiteto: Acompanhamento/Execução de obras de reforma, incluindo demolições, instalações elétricas de baixa tensão, e instalações hidrossanitárias, em qualquer quantidade.

Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade, por se tratar de adequação e modernização de ambiente, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (obrigatório):

As quantidades previstas para a presente contratação foram estimadas com base em dados concretos, obtidos a partir das Concepções Arquitetônicas, dos levantamentos técnicos realizados in loco e das especificações detalhadas por profissional habilitado, em conjunto com a equipe técnica de planejamento responsável por este processo licitatório. O método adotado para a apuração das quantidades consistiu na análise direta das plantas, memoriais descritivos e especificações técnicas do projeto, complementada por visitas técnicas ao local e por consultas a contratações anteriores com escopo e grau de complexidade similares.

O levantamento de quantidades que embasa a estimativa está contida na Planilha de Quantidades e Preços Unitários. Este documento apresenta o detalhamento das quantidades de materiais, equipamentos e serviços necessários, com base nas dimensões físicas do espaço, nos requisitos técnicos do laboratório e nos sistemas elétricos a serem implementados.

Foram também considerados, na formulação das estimativas, dados históricos de contratações anteriores realizadas no âmbito da Superintendência. Essa análise comparativa contribuiu para validar os parâmetros utilizados e aferir a compatibilidade dos quantitativos propostos com a realidade de mercado e com as necessidades operacionais. Adicionalmente, levou-se em conta a interdependência desta contratação com outros projetos em andamento na Superintendência, particularmente aqueles voltados à modernização da infraestrutura.

Nos pontos em que a previsibilidade quantitativa não pôde ser determinada com exatidão, adotou-se margem técnica de segurança, de forma a garantir a suficiência dos recursos e evitar aditivos contratuais futuros. Como mecanismo mitigador da incerteza nesses casos, considerou-se a utilização de regime contratual por escopo, com medições físicas objetivas, garantindo assim transparência e controle institucional durante a execução contratual.

Por fim, cumpre destacar que todas as estimativas e justificativas foram registradas de forma clara e acessível, compondo um processo autoexplicativo que assegura rastreabilidade e segurança jurídica, tanto para a administração quanto para os servidores responsáveis. Essa abordagem atende ao princípio da publicidade e da boa governança, facilitando eventuais auditorias futuras e o controle social sobre a contratação.

DA SOLUÇÃO

7. Levantamento de Mercado que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:

Conforme exposto, o serviço a ser contratado trata-se de serviço comum de engenharia, de natureza não continuada, sendo vantajoso à Administração que sejam fornecidos, pela contratada, tanto a mão de obra quanto os materiais nas quantidades, qualidades e características definidas neste documento, no Termo de Referência e seus anexos.

Para definição da solução mais adequada, a equipe de planejamento procedeu a levantamento de mercado, considerando alternativas técnicas e econômicas que atendessem às necessidades de modernização e adequação dos ambientes internos da Superintendência.

Alternativa 1: Utilização de materiais padronizados de mercado.

Uma primeira possibilidade seria empregar materiais já usuais no mercado, com qualidade e durabilidade reconhecidas. Essa opção apresenta as seguintes vantagens:

- Redução no tempo de execução, por se tratar de materiais de fácil aquisição e aplicação;
- Maior competitividade entre fornecedores, visto que não se restringe a insumos exclusivos ou especializados;
- Menor risco de desabastecimento ou de encarecimento futuro, em razão da ampla disponibilidade no mercado.

Como desvantagem, destaca-se a necessidade de adaptações locais, já que determinados ambientes possuem características específicas, exigindo ajustes para garantir perfeita adequação às condições existentes.

Alternativa 2 – Fabricação e instalação de materiais sob medida

Outra alternativa considerada foi a produção e instalação de materiais específicos para cada ambiente, planejados sob medida de acordo com as dimensões e particularidades construtivas. Essa solução proporciona:

- Melhor aproveitamento dos espaços e integração estética e funcional dos ambientes;
- Maior precisão na adequação das áreas técnicas, especialmente nos pontos de infraestrutura elétrica e de fechamento de vãos.

Por outro lado, esse modelo poderia representar maior custo inicial e prazos de execução mais extensos, em virtude da necessidade de fabricação personalizada. Além disso, o grau de especialização envolvido poderia restringir a concorrência, reduzindo a competitividade do certame.

Solução adotada:

Após a análise comparativa, a solução que se demonstrou mais viável e vantajosa para a Administração foi a adoção prioritária de materiais padronizados de mercado, complementados, quando estritamente necessário, por itens sob medida para ambientes específicos. Essa escolha assegura equilíbrio entre qualidade, economicidade e celeridade na execução, além de ampliar a participação de fornecedores aptos à prestação do serviço.

A solução final encontra-se detalhada na Especificação 006-31/2025 elaborada pela equipe de planejamento e anexada ao Termo de Referência, onde estão definidas as características de

cada ambiente e os insumos necessários.

Parcelamento do objeto:

Ressalta-se que as etapas de execução de cada item desta contratação não precisam ocorrer de forma concomitante, o que permite o parcelamento do objeto. Essa medida é eficiente e vantajosa à Administração, pois cada item pode ser realizado de forma independente, sem comprometer a unidade do escopo, permitindo melhor gestão e execução.

Pesquisa de mercado e referências:

A pesquisa de mercado possibilitou levantar preços praticados e soluções tecnicamente adequadas, utilizando como base referências reconhecidas, tais como SINAPI (nível federal) e CDHU (nível estadual). Constatou-se a existência de diversas empresas especializadas em serviços de adequação e modernização de ambientes, plenamente aptas a atender às necessidades elencadas.

Assim, não há óbice à contratação pretendida, que se revela tecnicamente viável, economicamente vantajosa e juridicamente adequada à luz da Lei nº 14.133/2021.

8. Estimativa do Valor da Contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação:

Com as informações coletadas nos documentos de engenharia, foram elaboradas as composições unitárias de cada serviço listado, constantes na Planilha Estimada de Quantidades e Preços Unitários. Por se tratar de um serviço comum de engenharia, a composição dos preços foi elaborada com base nas planilhas de referência SINAPI sempre que possível, buscando substitutos em planilhas governamentais de nível Estadual (CDHU) e pesquisa de mercado quando não encontrados descritivos nas planilhas de referência. Por se tratar de serviço de engenharia, este levantamento de orçamento foi elaborado com base no Decreto nº 7.983 de 08 de abril de 2013, que estabelece as regras e critérios para elaboração de orçamentos de referência de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

9. Categoria do Objeto :

9.1 O objeto da presente contratação enquadra-se como:

- () Compra
- () Prestação de serviço SEM dedicação exclusiva de mão de obra
- () Prestação de serviço COM dedicação exclusiva de mão de obra
- (X) Serviço comum de engenharia
- () Serviço especial de engenharia
- () Obra

9.1.1 Bem de luxo: Declaramos que o objeto a ser licitado não se enquadra como “bem de luxo”, nos termos do Decreto nº 10.818/2021, ou seja, não são dotados de ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte. (Exemplos: artigos de marca, joias, automóveis de alta gama, móveis de luxo, camarão, lagosta, salmão, filé mignon etc.)

9.1.2 Em caso de despesas relacionadas a solenidades, cerimoniais, homenagens, eventos comemorativos, recepções e troca de brindes: Declaramos que consta previsão de que os recursos serão utilizados de acordo com a Portaria nº 4.036/GM-MD/2020 e Portaria MB/MD nº 35/2022, que especificam, no âmbito da Marinha do Brasil, os eventos institucionais autorizados e as autoridades competentes para aprová-los.

10. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A descrição da solução como um todo abrange a aquisição do serviço comum de engenharia, não continuado, para a adequação e modernização dos ambientes de apoio e laboratorial desta Superintendência.

Para o efetivo fornecimento, a Contratada deverá efetuar a fabricação, montagem e instalação de toda infraestrutura elétrica, hidrossanitária, de revestimento cerâmico e mobiliário planejado. O critério de exigência para a execução deste objeto estabelecido no item 3 deste documento, visa a garantir a qualidade e execução dos serviços prestados à Administração Pública, os quais serão obtidos a partir da realização das atividades contratadas e a suas formas de execução definidas neste instrumento, ETP, TR e seus anexos e demais documentos pertencentes e execução deste processo.

Neste caso é permitida a contratação simultânea de diferentes empresas, no limite de uma para cada um dos itens elencados. Porém, não há, neste caso, perda da economia de escala, uma vez que cada um dos itens trata de serviços de baixo vulto e em locais internos às edificações, dispensando altos custos adicionais com serviços preliminares, tais como instalação de canteiro de obras e montagem de tapumes para demarcação e isolamento da área de trabalho. Sendo assim, é possível e conveniente a execução simultânea e haverá controle individualizado para execução de cada contratado.

11. Modalidade Licitatória:

11.1 Processo licitatório na modalidade pregão eletrônico: Declaramos que o objeto possui padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, sendo considerado como <<uma aquisição>> ou <<uma prestação de serviço comum>>, atendendo aos requisitos do art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c Orientação Normativa AGU nº 54, de 2014.

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da contratação:

Neste caso é permitida a contratação simultânea de diferentes empresas, no limite de uma para cada um dos itens elencados. Porém, não há, neste caso, perda da economia de escala, uma vez que cada um dos itens trata de serviços de baixo vulto e em locais internos às edificações, dispensando altos custos adicionais com serviços preliminares, tais como instalação de canteiro de obras e montagem de tapumes para demarcação e isolamento da área de trabalho. Sendo

assim, é possível e conveniente a execução simultânea e haverá controle individualizado para execução de cada contratado. Entende-se, assim, ser técnica e economicamente viável o parcelamento para alcançar o objetivo da contratação, aproveitando melhor o mercado e ampliando a competitividade.

Para esta contratação, o critério de julgamento foi o de menor preço, por se tratar de três itens que compõem grupos de atividades apresentados em três diferentes Planilhas de Quantidades e Preços Estimados.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes, quando for o caso:

Não há.

DEMAIS JUSTIFICATIVAS EXIGIDAS PELA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU)

14. Justificativa para participação exclusiva de ME/EPP ou não:

Não há exigência de participação exclusiva de ME/EPP, uma vez que o valor estimado para contratação do objeto ultrapassa o valor limite estabelecido no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015.

15. Justificativa para vedação de participação de Cooperativas ou não:

A contratação de serviços de obras envolve diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços. As tarefas não seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração, conforme parâmetros instituídos pelo inciso I do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30/04/2008.

16. Justificativa para permissão de empresas reunidas em consórcio ou não:

Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

17. Justificativa para permissão de subcontratação do objeto:

É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.
2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:
 - Instalações elétricas;
 - Rede lógica e telefonia;
 - Serviços de destinação de resíduos;
 - Serviços de limpeza e impermeabilização de sistemas de abastecimento de água;
 - Serviços de implementação de sistemas de ventilação, ar-condicionado (VAC) e filtragem de ar.

3. Condições para a subcontratação

A subcontratação dependerá de autorização prévia da Contratante, cabendo-lhe verificar se a empresa subcontratada atende integralmente aos requisitos de habilitação e qualificação técnica exigidos para a execução da parcela pretendida.

Em qualquer hipótese, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela execução do contrato, incluindo a supervisão, coordenação e fiscalização das atividades da subcontratada.

A Contratada responderá perante a Administração pelo fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive aquelas atribuídas à subcontratada.

4. Comunicação de alterações societárias

A associação da Contratada com terceiros, bem como a cessão, transferência, fusão, cisão ou incorporação, deverão ser comunicadas formalmente à Contratante.

A manutenção do contrato dependerá da comprovação, pela nova empresa, do atendimento a todas as exigências de habilitação previstas neste Termo de Referência.

5. Observância legal

A subcontratação seguirá as disposições do artigo 122 da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à vedação de subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas que possuam vínculos diretos ou indiretos com dirigentes ou agentes públicos da Administração Contratante, conforme previsto em lei.

18. Justificativa para exigências de qualificação técnica na habilitação, quando for o caso:

Por se tratar da contratação de um serviço comum de engenharia, as exigências quanto à habilitação técnica se fazem importantes considerando o bom andamento dos serviços contratados. São eles:

- Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, CREA ou CAU, em plena validade;
- Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;
- Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):
 - Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto: Acompanhamento/Execução de obras de reforma, incluindo demolições, instalações elétricas de baixa tensão, e instalações hidrossanitárias, em qualquer quantidade.
- O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência

equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

- Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
 - Execução de reforma, incluindo instalações prediais elétricas e hidrossanitárias, em qualquer quantidade.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

19. Justificativa para exigência de Garantia do Serviço e Garantia da Contratação, quando for o caso (para serviço):

Garantia do Serviço

Não será cobrada garantia de serviço complementar à garantia legal (estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor).

Garantia da contratação (execução)

A contratação deverá apresentar garantia de contratação.

20. Justificativa para exigência de Garantia, manutenção e assistência Técnica e Garantia da Contratação, quando for o caso (para aquisição):

Não haverá.

21. Definição de reajuste, quando houver:

Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I_0 = índice inicial -> refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

22. Se a licitação for executada com o procedimento do Sistema de Registro de Preços, efetuar o enquadramento do objeto com base no art. 3º do Decreto nº 11.462, de 2023:

A licitação não será executada com o procedimento do Sistema de Registros de Preços.

22.1. Prorrogação da Vigência da Ata e Renovação do Quantitativo, na licitação para Registro de Preços:

Não se trata de ata de registro de preços, sendo este item não aplicável.

23. Apresentação dos prazos máximos de execução e vigência da contratação (obrigatório):

O prazo máximo de execução é de 270 (duzentos e setenta) dias, e de vigência da contratação é de 330 (Trezentos e trinta) dias, contados da formalização e liberação da execução dos serviços, não passando 30 dias da data de assinatura do contrato.

23.1 Contrato de Escopo:

Segundo Marçal Justen Filho, a classificação do contrato administrativo como de escopo é utilizada para distingui-lo do denominado contrato de execução continuada. Segundo essa distinção, de escopo seriam aqueles contratos que impõem à parte o dever de realizar uma conduta específica e definida. Uma vez cumprida a prestação, o contrato se exaure.

Diante desse contexto, a Equipe de Planejamento da Contratação declara estar ciente de que apesar da minuta de contrato da Advocacia-Geral da União (AGU) conter a redação abaixo destacada, há a obrigatoriedade de providenciar o aditamento contratual, dentro do prazo vigência do contrato, conforme orientações da própria AGU, emitidas por meio de Pareceres:

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

Além disso, a Equipe de Planejamento da Contratação compromete-se a repassar a obrigatoriedade de providenciar o aditamento contratual, dentro do prazo vigência do contrato, aos futuros gestores e fiscais do contrato.

24. Apresentação do local de execução e/ou fornecimento (obrigatório):

O serviço será executado na Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha, Av. Professor Lineu Prestes, 2468, CEP 05508-000, Cidade Universitária, Butanã-SP.

25. Justificativa do enquadramento ou não do objeto como atividade de custeio:

Por se tratar de um serviço comum de engenharia, o objeto não se enquadra como atividade de custeio, e sim, como atividade de investimento. Desta forma, não se enquadra nas atividades de custeio descritas na Portaria ME nº 7.828/2022 conforme Decreto nº 10.193/2019.

26. Objeto relativo a Programa Estratégico:

O objeto deste processo de licitação trata de serviço comum de engenharia para melhoria de infraestrutura, da qual depende o bom desenvolvimento das atividades exercidas na Superintendência de Sistemas de Separação Isotópica. Desta forma, este processo inclui serviços de natureza comum e NÃO afetos diretamente ao PNM (Programa Nuclear da Marinha). Entende-se assim, que o processo deve ser encaminhado para emissão de Parecer Jurídico ao CJU/SP.

DO PLANEJAMENTO

27. Benefícios a serem alcançados com a contratação (demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis) :

A presente contratação proporcionará ganhos significativos em termos de eficiência, economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Em primeiro lugar, a modernização e adequação dos ambientes laboratoriais e de apoio contribuirão para a redução de custos indiretos, uma vez que a atualização das instalações físicas e elétricas diminuirá a necessidade de manutenções corretivas frequentes, prolongando a vida útil das estruturas e equipamentos. Tal medida assegura maior previsibilidade orçamentária e racionalização dos gastos públicos.

Do ponto de vista dos recursos humanos, a melhoria das condições de trabalho — por meio

de ambientes mais seguros, salubres e ergonomicamente adequados — resultará em aumento da produtividade e da motivação das equipes, reduzindo perdas de tempo e retrabalho em função de instalações inadequadas. Além disso, a modernização da sala de reuniões e videoconferência possibilitará uma comunicação mais clara e eficiente, fortalecendo a integração entre setores internos e parceiros externos, o que potencializa a qualidade dos projetos desenvolvidos.

Por fim, a execução das melhorias permitirá que as áreas atendam plenamente às demandas atuais da Superintendência, assegurando uso mais racional e eficiente dos espaços disponíveis. Isso possibilita maior aproveitamento da infraestrutura já existente, evitando investimentos maiores em novas edificações e maximizando o retorno do recurso público aplicado.

Em síntese, a contratação promoverá ambientes modernos, seguros e funcionais, alinhados às exigências técnicas da Superintendência, assegurando economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros da Administração.

28. Providências a serem Adotadas (pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual):

Não há.

29. Possíveis Impactos Ambientais (descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável):

Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade, por se tratar de um serviço comum de engenharia, com foco em atividades construtivas, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

29.1. Definição do código e sua respectiva descrição do registro no CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) do IBAMA ou justificar a opção pela não obrigatoriedade do CTF para o objeto:

O serviço pretendido NÃO se enquadra nas hipóteses em que é necessária a obtenção de licenciamento ambiental, conforme Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente. O tipo de atividade a ser exercida para execução do objeto não se enquadra na Ficha Técnica disponibilizada pelo IBAMA sobre o enquadramento de atividades potencialmente poluidoras. Sendo assim, não há necessidade da exigência do registro das empresas participantes do processo licitatório no CTF do IBAMA.

Ressalta-se que a não exigência do CTF não exime a empresa do tratamento correto dos resíduos da construção civil e sua destinação final, conforme orientações da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e Resolução CONAMA nº 307/2002.

30. Regime de Execução de obras e serviços de engenharia, quando for o caso:

Considerando que a contratação enquadra-se como serviço comum de engenharia, regime de execução escolhido foi o de empreitada por preço unitário.

Opta-se pela empreitada por preço unitário como regime de execução deste contrato, nos termos do artigo 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que admite tal modalidade quando a quantidade do objeto a ser contratado não puder ser previamente definida com precisão.

No presente caso, trata-se de serviços comuns de engenharia voltados à adequação e modernização de ambientes laboratoriais e de apoio, cujas medições e quantidades exatas de determinados insumos (tais como revestimentos, instalações elétricas, adaptações em pontos de infraestrutura e ajustes construtivos em áreas específicas) podem variar de acordo com as condições efetivamente encontradas na fase de execução.

A adoção do regime por preço unitário garante maior flexibilidade técnica e segurança administrativa, permitindo que a Administração remunere apenas os quantitativos efetivamente executados, de acordo com as medições aferidas em campo e os preços unitários previamente contratados. Essa escolha reduz riscos de sobrepreço ou de pagamento por serviços não realizados, ao mesmo tempo em que assegura economicidade e transparência na gestão dos recursos públicos.

Ademais, a pesquisa de mercado e as planilhas orçamentárias elaboradas com base em sistemas oficiais de referência, como o SINAPI, permitem a definição prévia dos preços unitários, assegurando adequada competitividade entre fornecedores, sem comprometer a exatidão da execução.

Portanto, a empreitada por preço unitário se apresenta como a solução mais vantajosa e juridicamente adequada para este processo de contratação, conciliando economicidade, controle e efetividade na execução do objeto.

DA VIABILIDADE

31. Declaração de Viabilidade (posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina):

Conforme apresentado nos itens anteriores, a contratação pretendida com o presente processo de licitação é necessária a fim de suprir às necessidades desta Superintendência de melhoria nos ambientes a fim de melhor subsidiar as atividades de pesquisas e desenvolvimento de tecnologia por ela executados. Desta forma, em virtude da necessidade de adequações construtivas da edificação, esta contratação é imprescindível.

Uma vez que são considerados, neste processo de licitação, métodos construtivos usuais e de amplo conhecimento técnico de empresas consolidadas no mercado, entende-se que a solução apresentada é viável e preza pela isonomia e ampla concorrência.

32. Publicidade das Informações – Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação):
<p>A publicidade das informações quando da utilização de recursos públicos licitação, contratos administrativos é a regra, conforme art. 7º (item VI) da Lei nº 12.527/2011 combinado com o art. 6º da Lei nº 10.947/2022.</p> <p>Todavia, em atenção ao art. 7º, de ambas as legislações supracitadas, existem casos em que tal publicação é dispensada.</p> <p>Nesse contexto, acrescenta-se a necessidade de obter aprovação prévia do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) para a publicidade de dados, informações e atos administrativos relativos ao PNM e aos contratos que o suportam.</p> <p>Face ao exposto, a presente contratação possui limitação quanto à sua publicidade:</p> <p>() SIM - Deverá ser apensado aos autos o "Termo de Justificativa", fundamentando a referida limitação.</p> <p>(X) NÃO.</p>
ANEXOS:
ANEXO I – Memória de cálculo e justificativa das quantidades para cada item;

UASG 742050

Anexo I do ETP digital - Memória de cálculo e justificativa das quantidades para cada item

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD TOTAL	JUSTIFICATIVA DAS QUANTIDADES
1	Serviço comum de engenharia para melhoria e modernização da sala de reuniões e videoconferência do prédio do Templo DDNM-30	und	1	Quantitativos descritos na Planilha Estimada de Quantidades e Preços unitários, elaborada com base na concepção arquitetônica, que contém detalhes construtivos, e levantamentos in loco.
2	Serviço comum de engenharia para adequação da copa e vestiários do DESGA na DDNM-30	und	1	Quantitativos descritos na Planilha Estimada de Quantidades e levantamentos in loco.
3	Serviço comum de engenharia para adequação do laboratório de sistemas eletrônicos, 1º PAV, Desel Novo	und	1	Quantitativos descritos na Planilha Estimada de Quantidades e Preços unitários, elaborada com base na concepção arquitetônica, que contém detalhes construtivos, e levantamentos in loco.

Observação: O detalhamento dos quantitativos deverá ser divulgado ainda que o orçamento estimado tenha caráter sigiloso.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: Beatriz Helene Xavier Posto: Empregado Amazul Função: Encarregada da Divisão de Gestão de Processos de Operação e Manutenção de SSI.	Nome: Thales Daniel dos Santos Fonseca Posto: Segundo-Tenente (RM2-EN) Função: Ajudante da Seção de Gestão de Processos de Infraestrutura de SSI.
São Paulo, SP, na data da assinatura.	São Paulo, SP, na data da assinatura.

Estudo Técnico Preliminar aprovado por:

Rogério Carvalho de Campos
Capitão de Corveta (EN)
Chefe de Departamento